



Os sentidos do tempo: análise de uma narrativa jornalística sobre a história

Thiago Haas Carlotto¹
Demétrio de Azeredo Soster²

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Resumo: Este trabalho estuda o papel do tempo numa narrativa jornalística sobre a história. Para tal, revisa os conceitos de narrativa e tempo sob o viés do jornalismo. Em seguida, faz um estudo de caso sobre o livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (2013) para, por meio de tabela que demonstra as utilizações da temporalidade no texto, buscar os sentidos que emergem desta construção do tempo narrativo.

Palavras-chave: jornalismo; narrativa; tempo; história.

1. Introdução

Este artigo resume o trabalho monográfico³ desenvolvido e apresentado em 2017, em diálogo com percurso de grupo de pesquisa Narrativas Comunicacionais Reconfiguradas, ligado ao Curso de Comunicação Social e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Inicialmente, a pesquisa traz uma revisão teórica sobre a narrativa, a temporalidade na narrativa e a concepção de tempo no jornalismo, compreendido pelo

¹ Autor. Graduado pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e pesquisador do grupo de pesquisa Jornalismo Midiatizado e Circulação, ligado ao grupo de estudos sobre narrativas literárias e midiáticas (GENALIM) do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade. E-mail: thiagohearlotto@gmail.com

² Orientador. Professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Letras e do Departamento de Comunicação da Unisc. Editor da revista Rizoma: midiatização, cultura, narrativas. Pós-doutor pela Unisinos. E-mail: deazedososter@gmail.com

³ Monografia apresentada no Curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo da Universidade de Santa Cruz (UNISC). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11624/1686>> Acesso em: 29/07/2018.

viés da singularidade de Genro Filho (2012), para em seguida apresentar o estudo de caso desenvolvido por categoriais temporais sobre o livro *1889*, de Laurentino Gomes (2013) e os sentidos que emergem desta construção textual.

A associação do jornalismo com a história é intrínseca à função social da profissão enquanto vetor da memória que compartilhamos em sociedade. Mais recentemente, esta simbiose se fortaleceu com o advento de publicações literárias sobre determinados períodos da história, biografias e livros-reportagem, que vão além dos textos cotidianos informativos, pois buscam retratar e interpretar determinados momentos históricos com uma linguagem jornalística. Exemplos deste movimento são os livros de profissionais reconhecidos no jornalismo, como Eduardo Bueno (na Coleção *Terra Brasilis*), Fernando Morais (*Olga, Chatô: O Rei do Brasil*); Lira Neto (trilogia sobre Getúlio Vargas), Laurentino Gomes, entre outros.

Internamente, tais textos trazem a percepção do jornalista, um profissional que usualmente procura fatos singulares de interesse público e utiliza a narrativa, uma técnica de escrita proveniente da literatura, para fazer remissões à história e seus personagens enquanto fundo temático. Desta hibridização, surge um relato complexo, que fala de um tempo distinto do jornalismo diário, num passado distante temporalmente do autor e do leitor. Assim surge o que motiva este trabalho: o interesse em compreender como um autor jornalista escreve um livro, no estilo de grande reportagem, sobre a história do país. Mais objetivamente, como ele se refere ao tempo e quais sentidos emergem desta construção textual.

Para entender esta relação no texto, elegemos como corpus da nossa pesquisa o livro *1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes (Globo, 2013). A obra complementa a trilogia sobre os principais acontecimentos brasileiros no século XIX, iniciada com *1808* (2007), sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro e *1822* (2010), sobre a Independência do Brasil.

Em 415 páginas divididas por 24 capítulos, o livro narra em terceira pessoa a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, em seu contexto, seus personagens e seus momentos mais importantes. A narração segue uma ordem temática,

não cronológica, como se estivesse apresentando as peças de um mosaico sobre a Proclamação da República.

A obra, como parte da trilogia, assume papel importante em nível nacional porque consegue informar, interpretar e entreter um grande público, não afeito às pesquisas historiográficas, mas interessado em entender o país atual pelas remissões ao seu passado. Isto pode ser exemplificado no número de exemplares vendidos da trilogia, contabilizados em mais de 2 milhões, no Brasil, em Portugal e nos Estados Unidos.⁴

O que move esta busca dos leitores pela história do país? Acreditamos que este fenômeno ocorra em parte pela construção do texto de forma narrativa, que se mostra mais dinâmica do que os escritos pelos cânones da historiografia. Acreditamos também ser possível verificar à luz da ciência narratológica os sentidos que emergem das remissões temporais no texto.

2. Para entender a narrativa

Os homens relatam suas histórias ao longo da sua vida. Tanto as pinturas parietais na Caverna de *Chauvet*, há 36 mil anos, como as mais recentes postagens nas redes sociais são narrativas que permeiam a relação do homem consigo e com outras espécies. Como lembra o professor e pesquisador Luiz Gonzaga Motta “Os indivíduos não experimentam suas condições sociais de existência, mas *as constituem significativamente*. A experiência não é fruto do impacto da realidade sobre a subjetividade, mas resultado da apreensão discursiva da realidade” (MOTTA, 2013, p. 84, grifo do autor).

As narrativas ajudam o sujeito a se apropriar do universo, pois traduzem o conhecimento adquirido ao longo do tempo em relatos de acordo com a visão de mundo de cada sociedade. Assim, ele consegue ordenar suas ideias em relatos de causas e efeitos e chega ao senso comum simbólico da sociedade cuja narrativa se insere. Como lembra o sociólogo, semiólogo e filósofo francês Roland Barthes:

[...] a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da

⁴ Conforme dados do site do autor disponíveis em: <http://www.laurentinogomes.com.br/laurentinogomes--globo-livros--autor.html>.

humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativas; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas, e frequentemente estas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, e mesmo opostas (BARTHES, 2008, p. 19).

Além do mais, as narrativas apresentam princípios de composição que podem ser analisados, pois narrar implica contar uma história que se movimenta no tempo e no espaço, passando por estados de transformação que criam o sentido e se direcionam a um fim. Logo, o ato de narrar organiza os fatos em perspectiva, ordena o antes, o durante e o depois, une pontos, relaciona acontecimentos, ajusta significados parciais em sucessões de tempo, afim de criar significações e explicações estáveis.

Reis e Lopes (1988) sustentam que o processo narrativo se dá por três vias: distanciamento, exteriorização e dinâmica temporal. O distanciamento se dá quando o narrador exerce uma alteridade em relação ao objeto, de forma a ter uma propensão cognitiva do acontecimento. A exteriorização refere-se à tentativa de caracterização neutra pelo narrador de um universo, composto por personagens, tempo, espaço, eventos e a disposição destes no enunciado. Por fim, a dinâmica temporal diz respeito à história e ao discurso, pois o ato de contar representa uma temporalidade ao mesmo tempo que inscreve este discurso no tempo.

Segundo os autores, a *estratégia textual* consiste em uma atitude de configuração da narrativa em que o autor coloca uma força elocutiva capaz de incutir um efeito no leitor modelo. Ela se dá por meio da escolha por um gênero literário, da predileção de certos signos linguísticos em detrimento de outros e das articulações sintáticas adequadas a tal estratégia; o que compreende uma competência cognitiva do leitor à exigência da estratégia textual instaurada.

Já o conceito de *estratégia narrativa* está direcionado à ideia de narratividade, quando o narrador configura um cenário comunicativo em função do leitor. Ou seja, o narrador (sujeito fictício) partilha de procedimentos que têm por fim provocar determinados efeitos no narratário (também sujeito fictício). Tais efeitos têm a ver com o contexto em que se situa a narrativa e as suas dominantes temáticas, metodológicas e epistemológicas, conforme Reis e Lopes (1988). Vejamos agora como o tempo é percebido por pensadores e como ele se manifesta na narrativa.

3. A complexidade de se compreender o tempo

Todos nós temos uma compreensão sobre o tempo, pois a utilizamos para organizar nossa vida. Entretanto, por mais praticidade que tenhamos em lidar com ele, enfrentamos dificuldades em conceituá-lo. Isto porque sua presença entre nós remonta à própria presença de seres vivos na Terra, como nos lembra Stephen Hawking (1999). O tempo, então, nos parece como algo abstrato e possível de ser sentido só por nossa intuição, conforme nossa compreensão da vida.

A concepção de tempo recebe, assim, estímulos relacionados tanto à percepção subjetiva (interior) como à experiência cultural (exterior) de cada sujeito, o que o torna complexo de ser explorado pelas ciências. Entretanto, o tempo é conceituado em sua multiplicidade pelo filósofo Benedito Nunes, que discute na obra *O tempo na narrativa* (1988), as formas pelas quais ele se manifesta à percepção dos homens. Entre as concepções de tempo, Nunes (1988) destaca o *tempo linguístico*, em que o momento da fala traz a ideia do passado e do futuro enquanto momentos possíveis por meio da intersubjetividade da comunicação.

Gerard Genette traz contribuições significativas sobre o tempo narrativo em sua obra *Figuras* (1972). Na sua visão, embora haja um narrador anterior, as marcas da narrativa são encontradas na relação do texto com o leitor, quando o universo textual é reconfigurado.

O tempo das obras não é o tempo definido do ato de escrever mas o tempo indefinido da leitura e da memória. O sentido dos livros está na frente deles e não atrás, está em nós: um livro não é um sentido acabado, uma revelação que devemos receber, é uma reserva de formas que esperam seu sentido (GENETTE, 1972, p. 129).

A narrativa é o resultado da articulação de duas dimensões temporais, pois, ela “abre-nos, a partir do tempo que toca à realidade, um outro que dela se desprende. Assim, ela abrange dois tempos em vez de um só. Reis e Lopes (1988), em concordância com Genette (1972), as denominam de *tempo da história* e *tempo do discurso*.

O *tempo da história* é múltiplo e a sua vivência desdobra-se pelos personagens que ocupam o universo diegético. Nesta instância, o narrador pode narrar de forma

explícita os marcos temporais que contextualizam o enunciado ou pode criar sentidos à narrativa por meio da causalidade, conforme o tempo que preside a narratividade, e a importância da vivência do tempo para a existência do ser humano.

Já o *tempo do discurso* é a representação narrativa de forma sucessiva do *tempo da história*. Assim percebe-se a impossibilidade de manter a abrangência temporal do enredo no enunciado, o que realça a importância do *tempo do discurso* como vetor seletivo e organizador da pluralidade de tempos de uma história.

Genette (1972) também diferencia quatro modalidades de tempo do discurso: *ulterior*, narração do passado, na qual o emprego do pretérito não indica com precisão a distância temporal do momento da narração ao momento da história; *anterior*, normalmente no futuro, mas também no presente, é a narração sem maior investimento literário que sugere uma profecia, uma predestinação; *simultânea*, é a narração contemporânea à ação do presente; e, finalmente, a *intercalada*, a narração mais complexa segundo o autor, na qual vários tempos de ação se misturam mutuamente a ponto de um reagir sobre o outro.

A estas reflexões, urge revisar o pensamento do filósofo francês Paul Ricoeur na obra *Tempo e Narrativa* (1994), pois sua pesquisa hermenêutica aborda o raciocínio do homem e a constituição das narrativas, sendo uma referência para a discussão a qual nos propusemos.

4. O tempo e a narrativa segundo Ricoeur

Se o passado não existe mais, o futuro é apenas uma previsão e o presente é apenas um momento fugaz, como entender o tempo? Conforme Ricoeur (1994), existe uma relação mútua entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana que apresenta uma necessidade transcultural. Dito de outra forma: “Que o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal.” (RICOEUR, 1994, p. 85). Narrar, então, é uma forma de se fazer presente no mundo, pois tudo o que se desenvolve no tempo pode ser contado e tudo o que é contado acontece num determinado tempo.

Segundo Ricoeur (1994), surge um intercâmbio temporal por meio da ação da

intriga, na qual a trama é organizada em uma unidade temporal de uma ação significada na narrativa.

Vejo nas intrigas que inventamos o meio privilegiado pelo qual reconfiguramos nossa experiência temporal confusa, informe e, no limite, muda: “Que é pois o tempo?” – pergunta Agostinho. “Se ninguém me pergunta, sei, se alguém pergunta e quero explicar, não sei mais.” É na capacidade da ficção de refigurar essa experiência temporal, presa às aporias da especulação filosófica, que reside a função referencial da intriga. (RICOEUR, 1994, p. 12)

Partindo desta concepção da função referencial da intriga⁵, estruturada pelo tempo, o autor defende que o mundo apresentado por uma obra narrativa é sempre envolto em ações humanas num enredo por uma noção de presente, passado e futuro. Ricoeur (1994) entende que qualquer análise sobre a narrativa deve dar atenção não só ao enunciado em si, mas ao universo referente que antecede o texto e ao destinatário que o sucede: “*Seguimos, pois, o destino de um tempo prefigurado em um tempo refigurado pela mediação de um tempo configurado*” (RICOEUR, 1994, p. 87, grifo do autor).

Deste modo, em sua conceituação sobre os três atos que configuram a mimese⁶, o referente e o destinatário são vistos como protagonistas no ato de configuração da narrativa. O autor nomeia estes atos de *mimese I* (tempo do autor), *mimese II* (tempo do texto) e *mimese III* (tempo do leitor). Vejamo-los a seguir.

Mimese I: é a base pré-narrativa, constituída pelo universo exterior ao texto que serve de base à narrativa, tanto a ficcional como a histórica: [...] imitar ou representar a ação, é primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade [...] (RICOEUR, 1994, p. 101)

Nesta é exigida uma competência preliminar para identificar os traços que constituem o mundo e a ação. Isto se dá em três dimensões: estruturais, simbólicas e temporais. A primeira refere-se às regras necessárias para um enunciado inteligível de

⁵ Entendemos a intriga a partir da concepção de Ricoeur, como imitação ou representação da ação, por meio da linguagem, que agencia os fatos: “A imitação ou representação é uma atividade mimética enquanto produz algo, a saber, precisamente a disposição dos fatos pela tessitura da intriga” (RICOEUR, 1994, p. 60).

⁶ Partimos da compreensão de mimese enquanto representação, segundo Ricoeur (1994, p. 11): “retorno à pré-compreensão familiar que temos da ordem da ação, entrada no reino da ficção, finalmente configuração nova por meio da ficção da ordem pré-compreendida da ação”. Nessa compreensão, a mimese não remete somente ao sentido tradicionalmente atribuído ao termo da imitação de algo existente como em Aristóteles (2004), mas à ação criada na narrativa.

acordo com uma tradição narrativa. A segunda diz respeito às manifestações culturais e morais já representadas simbolicamente numa cultura. A última remete ao tema deste capítulo: a temporalidade. Esta é articuladora dos sentidos, tendo como base as possibilidades das quais é portadora.

Mimese II: interna ao discurso, ela surge a partir da organização textual da tessitura da intriga em um espaço temporal narrativo, que configura a relação humana com o tempo. A *mimese II* é o ato de dispor e tecer a intriga, dar sentido ao mundo e abrir possibilidades de emergir novas interpretações dele.

Por tessitura da intriga, Ricoeur (1994) entende a operação que extrai de uma sucessão de ações um tensionamento, responsável por três atos: fazer a mediação entre incidentes de um indivíduo e os acontecimentos da história, compor fatos heterogêneos como agentes, fins, meios, circunstâncias, etc., e realizar um resumo do heterogêneo temporal. Isto é, combinar duas dimensões temporais: uma cronológica (a história constituída por acontecimentos) e uma configurante (a unidade à qual a intriga transforma os acontecimentos em história).

Mimese III: é quando a narrativa é reconfigurada pela recepção do destinatário, concluindo a mediação entre tempo e narrativa. Na leitura, o receptor dialoga com as coerções textuais, as interpreta e conclui a comunicação. Ou seja, um texto pode criar diferentes interpretações para diferentes agentes de leitura.

Cabe lembrar que esta revisão esclarece o contexto em que se situa nossa pesquisa, pois nossa análise será centrada na *mimese II*, quando o tempo do texto é explicitado. Isto porque nosso enfoque está na construção textual do autor jornalista sobre um tema histórico.

Após esta introdução sobre o tempo humano enquanto instância narrativa, mas que a transcende, procuraremos compreender como ele aparece no jornalismo, visando as categorias de análise do tempo narrativo aplicadas em nosso objeto de pesquisa.

5. A extensão do presente no jornalismo

As notícias do jornalismo tradicional (especialmente às no formato *hard news*⁷) apresentam-se no presente, em um estilo objetivo de escrita, exemplificado no lide⁸ jornalístico, no qual procura-se não deixar espaço para possíveis interpretações, pois sua intenção é reproduzir a realidade. Além do mais, tais notícias começam pelo final da história, quando um fato singular ganha relevância e outros fatos menores relacionados a este vêm à tona. Nas palavras de Motta (2013, p. 96) “O tempo no relato jornalístico é difuso, anárquico, invertido”.

Carlos Franciscato (2005) enumera cinco categorias que tornam possível descrever e entender a concepção de tempo jornalístico: 1) instantaneidade, 2) simultaneidade; 3) periodicidade; 4) novidade e 5) revelação pública. Vejamo-las a seguir:

1. Instantaneidade: destaca o papel do presente e reforça a noção de um período de tempo curto, sem um significado maior que possibilite sua apreensão.

2. Simultaneidade: ressalta a percepção de não haver diferença entre o tempo do acontecimento e o tempo da narrativa: “o jornalismo constrói um discurso e uma prática que tem, por exemplo, a instantaneidade como estratégia de legitimação, valor e fim último” (FRANCISCATO, 2005, p, 134).

3. Periodicidade: diz respeito ao potencial do jornalismo produzir e fazer circular o material jornalístico por meio da demanda social.

4. Novidade: cerne do jornalismo tradicional, é a irrupção do desconhecido na ordem do dia, que oferece à coletividade novas situações, debates e opiniões de relevância social.

5. Revelação pública: alude a fatos mantidos em sigilo, os quais o jornalismo traz à luz para conhecimento e debate público.

Desta forma, o jornalismo assume o papel de articulador do presente, entendido

⁷ *Hard News* são entendidas como notícias de última hora, presentes no jornalismo diário, em que qualquer traço subjetivo do texto é enxugado e existe uma proximidade definitiva com o referente empírico. Constitui-se como campo de notícias das editorias de política, economia, internacional, cidades, por exemplo, conforme Motta (2013).

⁸ É o relato sintetizado do acontecimento no início do texto, no modelo que se convencionou chamar de pirâmide invertida, respondendo às perguntas básicas o que? Quem? Quando? Onde? Como? Por que? Para quê? conforme Pena (2010).

não só como o momento do fato, mas o momento da sua exposição pública, na qual ele ganha contornos narrativos que asseguram sua veracidade articulada ao cotidiano do público. Desta forma, o jornalista torna o tempo mais do que uma sucessão de instantes que se perderão no espaço, mas um tempo narrativo, possível de ser explicado e rememorado.

Entretanto, a emergência de reportagens em revistas e livros escritos por jornalistas reconfiguraram a apresentação do tempo no jornalismo. No formato que se convencionou chamar de *soft news* (notícias leves, sem a necessidade de ser a de última hora), o repórter se livra das convenções diárias e busca uma linguagem que possibilita trabalhar com remissões históricas e relatar suas impressões de forma contextualizada.

Nesse sentido, o historiador do presente (muitas vezes o próprio jornalista, como demonstra o grande número de livros sobre a história escritos recentemente por jornalistas) é ao mesmo tempo criador e reflexo dos acontecimentos, recompilador e produtor dos efeitos. A análise da narrativa jornalística adquire, na direção dessas considerações, um trajeto revelador e iluminador da cegueira jornalística. (MOTTA, 2013, p. 106).

Após esta constatação, discorreremos sobre a especificidade do jornalismo sob o viés de Genro Filho (2012), pois acreditamos ser pertinente trazer este olhar do teórico brasileiro que engloba tanto o jornalismo diário (*hard news*) como o pensado em médio e longo prazo (*soft news*), como os livros-reportagem.

6. O jornalismo na teoria de Genro Filho

Adelmo Genro Filho, em sua obra *O Segredo da Pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo (Insular, 2012), traz uma compreensão essencial para se entender o fenômeno jornalístico. O teórico entende o jornalismo como uma forma social de conhecimento (entendido como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade) que surge pelo singular e se torna indispensável para aprofundar a relação entre indivíduo e o gênero humano. Sob sua perspectiva, é possível enquadrar os acontecimentos do jornalismo nas categorias apresentadas por György Lukács (1968) para entender a arte (singular, particular e universal), pois elas expressam dimensões reais e por isso representam conexões lógicas do pensamento.

Na concepção do autor, a experiência vivida mais ou menos no nível direto do

singular (relativa ao indivíduo), representa uma atmosfera cultural compartilhada em um grupo particular (família, grupo, classe social), a qual é composta por pressupostos de um universal (relativo à humanidade) geralmente implícito, mas naturalmente constituído na atividade social.

Desta forma, no universal “[...] estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem”. O particular então “[...] é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva”. Por fim, o singular é gerado “[...] através da identidade real, onde estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada”. (GENRO FILHO, 2012, p. 170)

O jornalismo busca constantemente o singular que emerge do tecido social, cujo conteúdo serve à discussão dos temas em voga na sociedade. Para Genro Filho (2012), os relatos exigem uma forma de saber abstrato que implica, em alguma medida, na revelação de sua essência, ou seja no significado que emana das suas relações com o total.

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico irracional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através de diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Consequentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma “simulação” dessa correspondência. É a partir dessa simulação que surge propriamente um gênero de conhecimento. (GENRO FILHO, 2012, p. 53)

O segredo da pirâmide, então, é uma contraposição ao lide tradicional, pois parte do mais singular do fato e amplia os seus horizontes por meio de sua contextualização e o seu compromisso ético com a pluralidade de opiniões. Deste modo, o jornalismo cria um conhecimento não só sobre o singular, mas também sobre o particular e o universal do fato.

Tal remissão teórica se faz necessária no nosso contexto visto que abre a possibilidade de buscarmos a singularidade na narrativa em estudo. Adiantando a discussão, entendemos que esta singularidade se faz presente no livro *1889* (2013) deste o subtítulo da obra, pois compreendemos que as remissões “Como um imperador casando, um marechal vaidoso e um professor injustiçado” trazem à luz questões

peculiares sobre os indivíduos que participaram ativamente da Proclamação da República do Brasil"

7. O tempo no livro *1889*

Após a revisão bibliográfica, chegamos à análise do nosso objeto. Para tal, adotamos a *pesquisa bibliográfica* e o *estudo de caso* como métodos para descobrir os significados que emergem da construção temporal do objeto.

Concordamos com Motta (2013), para quem uma grande reportagem, como a do nosso objeto, pode ser analisada à luz da narratologia. “Esse tipo de narrativa não apresenta problemas para o analisa, porque se assemelha às narrativas da tradição, como o conto e a fábula, e sua análise poderá seguir passos semelhantes à análise desse tipo de expressão narrativa.” (MOTTA, 2013, p. 102). Logo, como os métodos de análise da narrativa propostos para o jornalismo são focalizados nas notícias do cotidiano, propomos uma classificação metodológica voltada ao livro, uma narrativa integral, centralizada no fato da Proclamação da República.

Genette (1972) defende que o tempo é possível de ser visto por meio de marcas textuais. Entretanto, as categorias elaboradas pelo autor foram pensadas para a literatura. Por isso, propomos categorias que nos remetam às marcas referenciais do jornalismo, pois pretendemos desvendar escolhas do narrador, um jornalista, que escreve sobre um momento histórico. Deste modo, nossas categorias de análise para explicitar o tempo no livro *1889* devem entender a temporalidade sob a forma narrativa do jornalismo, com o pano de fundo da história.

Com base no referencial teórico, criamos classificações capazes de dar conta dos usos do tempo no objeto em questão. Assim, nossa escolha é pelas seguintes categorias: *tempo natural*, *tempo calendário* e *tempo relógio*; o *tempo psicológico*, e, por fim, o *tempo histórico*. A seguir explicaremos o entendimento que adotamos sobre estas cinco categorias.

Tempo natural: é a temporalidade narrativa que se refere às marcas deixadas pela natureza, nos períodos dos dias (manhã, tarde, noite), estações do ano (inverno, primavera, verão e outono) e pelas fases da vida (criança, jovem, adulto, idoso, etc.).

Tempo calendário: é a forma de mensurar o tempo e transformá-lo num tempo dominado pelo homem, na numeração dos dias, meses, anos, décadas, séculos.

Tempo relógio: é a explicitação do tempo humano ao longo dos dias, por meio da passagem da história em segundos, minutos ou horas.

É importante ressaltar que estas três concepções quantitativas podem se apoiar no princípio de causalidade (entre causa e efeito) como modo de sucessão dos eventos.

Tempo histórico: remete a momentos e/ou lugares de importância para a historiografia. Harmoniza-se com as categorias do *tempo cronológico*, pelas quais dá sentido, de acordo com os acontecimentos firmados como eixo para a vida em sociedade. Esta é uma forma que acreditamos ser pertinente no objeto em análise (uma reportagem jornalística) para a contextualização dos fatos, visto a necessidade de expandi-los de sua singularidade para a particularidade e a universalidade.

Tempo psicológico: referente às experiências internas do sujeito, de forma qualitativa. Ele não coincide com as medidas objetivas do *tempo cronológico*, pois refere-se à apreensão das vivências, podendo ser variável de indivíduo para indivíduo. É irreversível, assim como o *tempo cronológico*, pois a apreensão da experiência jamais pode se repetir da mesma forma.

Desta forma, o *tempo natural*, o *tempo calendário* e o *tempo relógio* podem ser medidos quantitativamente, o *tempo histórico* diz respeito ao teor cultural qualitativo sob bases quantitativas pelo qual um evento é visto e, finalmente, o *tempo psicológico* é visto exclusivamente pelo modo qualitativo. Cabe ressaltar que nossa pesquisa se dá no *tempo do discurso*, mas a representação do tempo que buscamos encontra-se na instância do *tempo da história* de Genette (1972).

Vale salientar que os *excertos* da tabela dizem respeito aos instantes que marcam uma passagem temporal ligada à intriga (isto é, a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889) ou à história do Brasil. Desta forma, referências às transformações pelas quais passaram o mundo no século XIX e que não tragam nenhuma conexão direta com os personagens principais ou ainda às instituições diretamente interligadas à intriga (os republicanos, a mocidade militar, os abolicionistas) não serão apresentadas na tabela. Isto porque acreditamos que estas remissões, embora importantes para a

contextualização da obra, fogem da intriga e nos trariam dificuldades de análise do objeto e o tornaria, assim, incognoscível.

8. O que emerge do tempo narrativo na obra?

Para esclarecer de forma quantitativa qual concepção de tempo mais aparece no relato, elaboramos uma tabela sobre as cinco categorias. Vale ressaltar que mesclas entre mais de uma concepção de tempo também foram adicionadas.

Tabela 1: Número de vezes em que aparecem as categorias de tempo.

CATEGORIA	Tempo histórico	Tempo calendário	Tempo natural	Tempo relógio	Tempo psicológico	Tempo natural e calendário	Tempo relógio e natural	Tempo calendário e histórico	Tempo histórico e calendário
Capítulo 1	3	9							
Capítulo 2	4	12	1			10	5	1	
Capítulo 3	15	53						4	2
Capítulo 4	9	21							5
Capítulo 5	4	56	7			2		1	
Capítulo 6	6	18		1		1			2
Capítulo 7	1	15							11
Capítulo 8	3	8							
Capítulo 9	1	14							
Capítulo 10	2	23						1	2
Capítulo 11	3	18							
Capítulo 12	2	28	2					2	1
Capítulo 13	1	22	3						2
Capítulo 14	1	12	1					1	1
Capítulo 15	7	14	2	5		1			
Capítulo 16	1	7	9	8					
Capítulo 17	1	14	3	1		4	4		
Capítulo 18		6				1			
Capítulo 19	4	13							1
Capítulo 20	1	9							
Capítulo 21	2	9							
Capítulo 22	1	15	2						1
Capítulo 23	8	29	3						1
Capítulo 24	8	16	2						
TOTAL	88	441	35	15	0	19	9	10	29

Fonte: autor

Temos então que esta narrativa apresenta principalmente referências temporais do calendário, o que confere pontos de ancoragem ao enunciado para o desenvolvimento das ações. Nas ações próximas à intriga, o tempo é relatado na instância do relógio, sob horas, o que traz os instantes dos fatos, junto ao tempo natural que, por sua vez, aparece também quando a narrativa remete à passagem do tempo sobre os personagens (jovem, adulto, velho etc.).

Já o tempo histórico aparece principalmente sob referências de intervalos curtos (revoluções e às guerras, sobretudo a do Paraguai), mas também aos longos (as mudanças no Brasil desde a chegada da corte de dom João, até o Período Imperial de 67 anos). Vale salientar que, entre as cinco categorias, não encontramos nenhuma

referência ao tempo psicológico, o que nos remete a questão do jornalismo, enquanto discurso em que qualquer traço subjetivo do texto é deixado em segundo plano.

Quanto à modalidade de tempo apontada por Genette (1972), entendemos que o livro *1889* se enquadra na categoria *intercalada*, a narração mais complexa, na qual vários tempos de ação se misturam mutuamente a ponto de um reagir sobre o outro. Desta constatação emerge a mescla de categorias, como, por exemplo, o tempo histórico e calendário, quando o texto apresenta o acontecimento e sua data completa, dando maior credibilidade ao relato. Surgem também cruzamentos como o do tempo natural e calendário e do tempo relógio e natural que servem para criar um sentido de proximidade com o fato, algo comum nas narrativas do jornalismo, como vimos, e utilizadas por Gomes (2013) para retratar este momento histórico.

Quanto às categorias do tempo apontadas por Franciscato (2005), notamos a presença de uma delas no nosso objeto de análise - a revelação pública, pois peculiaridades como estas citadas não eram do conhecimento do grande público, porque ficavam restritas à historiografia. Tal interpretação nos leva à introdução do livro, quando o autor esclarece que “O objetivo é tão somente relatar sob a ótica da reportagem alguns dos momentos mais cruciais daquela época, de maneira a retirá-los da relativa obscuridade em que se encontram hoje na memória nacional.” (GOMES, 2013, p. 28).

Na passagem entre estas referências ao tempo trazidas na análise, na primeira metade do livro emergem sentidos relacionados à indiferença da monarquia para com a população, desde a época de dom João VI, ao envelhecimento do sistema imperial, simbolizado por dom Pedro II e à insegurança com o futuro da nação nos anos anteriores a 1889, exprimido na princesa Isabel, devotada primeiramente à igreja e depois à nação.

Nos capítulos finais emerge a frustração da população com os desmandos dos militares e dos políticos e com a manutenção dos privilégios às mesmas classes que os recebiam da Monarquia. Isso mesmo sob os mandatos de Prudente de Moraes e Campos Salles, quando uma porção ínfima da população votou. O que faz emergir a ausência de uma liderança nacional respeitada por todos, pois na República, assim como no Império, quem continuava a mandar no país eram os coronéis, latifundiários, “donos” de regiões

do Brasil, enquanto o povo não tinha voz. Tal condição pode ser resumida no telegrama de Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso: “Vocês fizeram a República que não serviu para nada”, reclamava o capitão. “Aqui agora, como antes, continuam mandando os Caiado” (GOMES, 2013, p. 313).

Todos estes sentidos nas remissões de *1889* (2013) contribuem para o leitor compreender que a falta de participação popular nos processos de decisão está na origem da República no Brasil. As referências temporais contam como os nove anos do Primeiro Reinado haviam sido de grande instabilidade, marcados pelo conflito entre o Parlamento e a índole autoritária de dom Pedro I; a primeira constituição independente do país, em 1824, nascia com restrições à cidadania e introduzia o critério de renda mínima para os votantes. Como, nos 49 anos do Segundo Reinado, o governo manipulava as eleições e compunha uma Câmara de Deputados subordinada aos seus desejos, e não o contrário. Como a República nascera descolada das ruas e seus líderes entendiam que para ela ser estável e próspera deveria ser ditatorial e não parlamentar; e como assim permaneceria o Brasil na maior parte do século XX.

Desta forma, como lembra Luiz Gonzaga Motta “As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã. A coerência narrativa cria o tempo, o nosso tempo” (MOTTA, 2013, p. 18). Para Laurentino Gomes, está na hora de os brasileiros se apossarem do seu país e, finalmente, participarem da construção do Brasil e serem autores de sua verdadeira história.

Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e literatura em convergência**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005.
- GENETTE, Gérard. **Figures III**. Paris, Seuil. 1972.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2007.

GOMES, Laurentino. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **1889**: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

HAWKING, S. W. **Uma breve história do tempo**: do big bang aos buracos negros. 29. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LAURENTINO GOMES. Desenvolvido por Globo Livros. Disponível em: <http://www.laurentinogomes.com.br/laurentino-gomes--globo-livros--autor.html>. Acesso em: 20 jun. 2017

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Ed. da UnB, 2013.

NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994-1997.